

Parecer Técnico nº 01/2016/GT/CTIL/CNRH/MMA

Assunto: Avaliação do Relatório de Segurança de Barragens 2015, elaborado pela Agência Nacional de Águas – ANA.

1. INTRODUÇÃO

A Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB) e altera a redação do art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e do art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000.

Essa Lei aplica-se a barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais que apresentem pelo menos uma das seguintes características:

- Altura do maciço, contada do ponto mais baixo da fundação à crista, maior ou igual a 15m (quinze metros);
- Capacidade total do reservatório maior ou igual a 3.000.000m³ (três milhões de metros cúbicos);
- Reservatório que contenha resíduos perigosos conforme normas técnicas aplicáveis;
- Categoria de dano potencial associado, médio ou alto, em termos econômicos, sociais, ambientais ou de perda de vidas humanas, conforme definido no art. 6º da Lei.

O Relatório de Segurança de Barragens é um dos instrumentos da Política Nacional de Segurança de Barragens, cabendo ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH apreciar o Relatório de Segurança de Barragens, fazendo, se necessário,

recomendações para melhoria da segurança das obras, bem como encaminhá-lo ao Congresso Nacional.

A Resolução CNRH nº 144, de 10 de julho de 2012, estabelece diretrizes para implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, em atendimento ao art. 20 da Lei nº 12.334, de 2010, que alterou o art. 35 da Lei nº 9.433, de 1997.

Segundo essa Resolução, o Relatório de Segurança de Barragens deverá conter, no mínimo, informações atualizadas sobre:

- Os cadastros de barragens mantidos pelos órgãos fiscalizadores;
- A implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens;
- A relação das barragens que apresentem categoria de risco alto;
- As principais ações para melhoria da segurança de barragem implementadas pelos empreendedores;
- A descrição dos principais acidentes e incidentes durante o período de competência do relatório, bem como análise por parte dos empreendedores e do respectivo órgão fiscalizador sobre as causas, consequências e medidas adotadas;
- A relação dos órgãos fiscalizadores que remeteram informações para a Agência Nacional de Águas-ANA com a síntese das informações enviadas;
- Os recursos dos orçamentos fiscais da União e dos Estados previstos e aplicados durante o período de competência do relatório em ações para a segurança de barragens.

O Relatório de Segurança de Barragens deverá compreender o período entre 1º de outubro do ano anterior e 30 de setembro do ano de referência do relatório.

A ANA é responsável pela coordenação da elaboração do Relatório de Segurança de Barragens e os órgãos fiscalizadores responsáveis pelas informações a serem enviadas.

A ANA deverá encaminhar o Relatório de Segurança de Barragens ao CNRH até 31 de maio, de forma consolidada, cabendo ao CNRH, anualmente, apreciar o Relatório de Segurança de Barragens, bem como encaminhá-lo ao Congresso Nacional até 20 de setembro de cada ano.

No âmbito da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, a Resolução instituiu um Grupo de Trabalho com o objetivo de analisar o relatório elaborado pela ANA e propor as recomendações para a melhoria da segurança de barragens.

2. ANÁLISE

O relatório abrange todo o conteúdo mínimo exigido na resolução, contém informações objetivas e estatísticas bem organizadas da implementação do sistema, análises, identificações das fragilidades e recomendações para a evolução do sistema.

Porém, algumas observações sobre o relatório e o estágio de evolução do sistema em si e algumas sugestões e/ou recomendações gerais são postas a seguir:

Percebe-se a partir do relatório, que existe uma não uniformidade na forma de cadastro por parte dos estados e que essa não uniformidade provoca alguma confusão para compreensão das informações cadastradas.

Um segundo aspecto fundamental que se pode apreender do relatório é o enorme passivo para alimentar o cadastro com as informações básicas de detalhamento: em 79% das barragens cadastradas não se conhece a altura, em 45% o volume do reservatório e em 82% não se conhece o tipo de material de construção.

Do total de barragens classificadas com Categoria de Risco Alto (CRI Alto) e Dano Potencial Alto (DPA Alto) embora representem 10% das barragens com alguma classificação, 20% delas não possuem empreendedor conhecido, o que dificulta a adoção de medidas regulatórias ou de fiscalização para que providências sejam tomadas.

Cabe aos órgãos fiscalizadores a emissão de regulamentos direcionados aos empreendedores. Porém, a quase totalidade deles ainda não emitiu nenhuma norma para estabelecer a rotina de fiscalização, de acordo com o que dita a Lei de Segurança de Barragens, ou seja, regulamentar o mínimo para o estabelecimento do Plano de Segurança de Barragens, do Plano de Ação de Emergência, das inspeções de segurança regular e especial e da Revisão Periódica de Segurança de barragens.

Da consulta realizada com 43 órgãos fiscalizadores, observa-se que 67% deles já possuem alguma equipe destinada a segurança das barragens, o que demonstra que o sistema, embora jovem, está paulatinamente sendo implantado. Mas ainda há um passivo grande, que precisa ser resolvido.

Algumas informações declaradas pelos empreendedores e pelas entidades fiscalizadoras devem ser vistas com extrema cautela, pois ao que parece pela complexidade do tema pesquisado, não retratam a pura realidade, devendo ser refinada e validada ao longo dos anos. São exemplos os casos das 439 barragens que declararam possuir o Plano de Ação Emergencial (PAE), das 329 barragens que realizaram Revisão Periódica de Segurança e das 9648 inspeções realizadas por 332 empreendedores em 1100 barragens.

3. CONCLUSÃO

O Relatório cumpre integralmente a Resolução CNRH nº 144/2012 e se constitui num avanço para o tema Segurança de Barragens, pois informa com transparência a situação das barragens no Brasil e as fragilidades do sistema. Assim, permite-se a

identificação de necessidades, de ações e de subsídios para priorização das ações no seguimento da implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens.

O relatório também realiza uma análise de todas as informações cadastradas, as consolidando e elaborando recomendações que contemplam a quase totalidade das considerações colocadas neste parecer.

Dentre elas, destaca-se a recomendação número 6, a respeito do papel do CNRH para zelar pela implementação da PNSB. Com relação a isso, cabe esclarecer que foi criado, na última reunião da CTAP/CNRH em 20 de abril, um grupo de trabalho para revisar as duas resoluções nºs 143 e 144 de 2012, com a finalidade de verificar se as mesmas atendem as necessidades observadas no relatório e no “Encarte Especial sobre a Bacia do Rio Doce” do Conjuntura 2015, bem como dos desdobramentos do acidente de Mariana e verificar se há necessidade de alguma alteração ou normatização adicional. Além disso, é pertinente também que se paute a discussão, em nível do CNRH, das propostas legislativas em andamento no Congresso Nacional. Ressalta-se, portanto, a necessidade de que o GT criado venha de fato a se instalar.

O CNRH aconselha as seguintes recomendações quanto à Segurança de Barragens:

- *determinar critérios e normas para tratar de barragens órfãs, bem como atribuir a algum ente do sistema a responsabilidade por essas barragens, sob risco de acidentes com consequências graves. É necessário estabelecer uma regulação;*
- *priorizar a mobilização, treinamento e capacitação de empreendedores e órgãos fiscalizadores;*
- *estabelecer a pactuação de metas para serem cumpridas pelos empreendedores e órgãos fiscalizadores;*
- *estipular uma padronização mínima de informações entre as entidades fiscalizadoras;*

- *implementar o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB);*
- *ampliar a divulgação dos manuais destinados a empreendedores e fiscalizadores elaborados pela ANA;*
- *agilizar as ações para que as previsões orçamentárias anuais alocadas pelos empreendedores públicos sejam totalmente empenhadas e executadas.*
- *estimular o debate sobre alternativas técnicas de construção de barragens, em particular para fins de mineração.*
- *fortalecer os órgãos fiscalizadores com equipe de profissionais habilitados para atuar em segurança de barragens*

Assim, encaminhamos ao Congresso Nacional a apreciação do Relatório de Segurança de Barragens 2015 com a solicitação expressa de que esforços sejam realizados para levantar e garantir mais recursos para a segurança de nossas barragens.

Este é o parecer

Em, 26 de outubro de 2016.

Gilson Machado da Luz (Coordenador do Grupo de Trabalho)

Jussara Cabral Cruz (Membro do Grupo de Trabalho)

Parecer apresentado na 138ª Reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais (CTIL/CNRH), em 26 de outubro de 2016.



JULIO THADEU SILVA KETTELHUT
Presidente da CTIL